



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

(Mandato 2021-2025)

ATA n.º 4/2022

Sessão Ordinária Pública, de 22 de junho de 2022

Local: Auditório da Biblioteca Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do *Facebook* do Município de Tavira.

Mesa:

Presidente: José Manuel Madeira Guerreiro

1.ª Secretária: Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves

2.ª Secretária: Muriel Cristina Dias Neto

Membros da Assembleia Municipal presentes na Sessão:

- Muriel Cristina Dias Neto (PPD/PSD);
- José Manuel Madeira Guerreiro (PS);
- Jorge Eduardo Pereira Cruz (PPD/PSD);
- Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves (PS);
- Maria Dulce Rodrigues Reis Filipe (PPD/PSD);
- José Epifânio Martins da Graça (PS);
- Elsa Maria da Cruz Ribeiro (PPD/PSD);
- Jovita Fátima Romano Ladeira (PS);
- António Manuel Almeida Brito (PPD/PSD);
- David Martins (PS);
- Ana Rita Gonçalves Pacheco (PPD/PSD);



- Gisela Sofia Viegas (PS);
- João Pedro Rôlo Correia (PPD/PSD);
- Nuno Filipe Gonçalves Diogo (PS);
- Sónia Margarida Correia Tomás (PPD/PSD);
- Ana Cristina dos Santos Palmeira (PS).
- Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos (CH);
- Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes (PPD/PSD);
- Nuno Leonel Gonçalves Mateus (PS);
- Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa (PPD/PSD);
- Virgílio António de Horta (PS).

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão:

- Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus Domingos Costa;
- Junta de Freguesia de Luz de Tavira e Santo Estêvão, Jorge Francisco da Silva;
- Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Carlos Manuel Viegas de Sousa;
- Junta de Freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira, Ângelo Filipe Silva Pereira;
- Junta de Freguesia de Santa Luzia, Carla Patrícia Maié Martins;
- Junta de Freguesia de Cachopo, Rafael Ribeiro Dias.

Membro(s) da Assembleia Municipal ausente(s) na Sessão:

- Jorge Humberto Martins Corvo (PPD/PSD);
- Natércia Maria Teixeira Joaquim (PPD/PSD);
- Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira (PPD/PSD);
- Maria Manuela Gonçalves Romão (PS);
- Liliana Ribeiro Fernandes (PPD/PSD).



--- Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, reuniram em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira no Auditório da Biblioteca Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do *Facebook* do Município de Tavira. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal**, José Manuel Madeira Guerreiro, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e quinze minutos. -----

--- Cumprimentou a Presidente da Câmara Municipal e demais vereadores, os deputados municipais, os presidentes de Junta de Freguesia, o público presente e o que estava a assistir via *Facebook*, os funcionários da Biblioteca, os serviços de apoio, os serviços de informática e os técnicos de som e imagem. -----

--- Cumprimentou os cinco deputados municipais que estavam na Assembleia Municipal pela primeira vez por consequência dos pedidos de substituição apresentados. -----

--- A Primeira Secretária, Maria Margarida Flores, procedeu à chamada. -----

--- **Presenças:** Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa, Ana Cristina dos Santos Palmeira, Ana Rita Gonçalves Pacheco, Ângelo Filipe Silva Pereira, António Manuel Almeida Brito, Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes, Carla Patrícia Maié Martins, Carlos Manuel Viegas de Sousa, David Martins, Elsa Maria da Cruz Ribeiro, Gisela Sofia Viegas, Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos, João Pedro Rolo Correia, Jorge Eduardo Pereira Cruz, Jorge Francisco da Silva, José Epifânio Martins da Graça, José Manuel Madeira Guerreiro, José Mateus Domingos Costa, Jovita de Fátima Romano Ladeira, Maria Dulce Rodrigues Reis Filipe, Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves, Muriel Cristina Dias, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Nuno Leonel Gonçalves Mateus, Rafael Ribeiro Dias, Sónia Margarida Correia Tomás, Virgílio António de Horta. -----

--- Os deputados municipais Jorge Humberto Martins Corvo, Lílíana Ribeiro Fernandes, Maria Manuela Gonçalves Romão, Natércia Maria Teixeira Joaquim e Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira faltaram à sessão, sendo substituídos por Jorge Eduardo Pereira Cruz, António Manuel Almeida Brito, Virgílio António de Horta, Maria Dulce Rodrigues Reis Filipe, Elsa Maria da Cruz Ribeiro, respetivamente. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra à Segunda Secretária, Muriel Dias, para informar sobre a correspondência recebida, desde a última sessão da Assembleia Municipal. -----

--- A Segunda Secretária, Muriel Dias, procedeu à leitura da lista da correspondência recebida:

--- “ *O Partido Comunista Português apresenta propostas na especialidade OE 2022 – na Área do Poder Local;* -----

--- *Ginásio Clube de Tavira remete convite para 1ª Gala de Boxe;* -----



- A *Munícipe Arlete Niza Fernandes Sanches Madeira* alerta para as *Condições de Insegurança do Cais de embarque de Cabanas de Tavira em frente ao Mercado Municipal*;-----
- A *Associação Ecotopia Activa* solicita *agendamento para reunião*;-----
- O *Partido Comunista Português* remete para conhecimento o *requerimento para audição, com caráter de urgência, da Ministra da Coesão Territorial sobre a transferência de competências para as Autarquias*;-----
- A *Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve* remete *Boletim PO CRESC Algarve 2020 de maio 2022*;-----
- O *Deputado Municipal Jorge Humberto Martins Corvo* solicita a sua *substituição na Sessão da Assembleia Municipal de 22 de junho de 2022*; -----
- A *Deputada Municipal Natércia Maria Teixeira Joaquim* solicita a sua *substituição na Sessão da Assembleia Municipal de 22 de junho de 2022*; -----
- A *ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais* remete *diversos pareceres*;-----
- O *Deputado Municipal Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira* solicita a sua *substituição na Sessão da Assembleia Municipal de 22 de junho de 2022*;-----
- A *Deputada Municipal Maria Manuela Gonçalves Romão* solicita a sua *substituição na Sessão da Assembleia Municipal de 22 de junho de 2022*;-----
- O *Partido Socialista* remete *“Moção pelo Hospital Central do Algarve” e o Voto de Congratulação – “Atribuição do Wordl Fair Play Diploma ao ciclista David Livramento”*; -----
- O *Partido Social Democrata* remete *“Moção pela situação de caos na saúde exige medidas estruturais – Governo está a falhar no Algarve”*; -----
- A *Deputada Municipal Liliana Ribeiro Fernandes* solicita a sua *substituição na Sessão da Assembleia Municipal de 22 de junho de 2022*; -----
- A *Associação Probaal – Grupo de Defesa do Ambiente* remete *documentos referente a Central Solar Fotovoltaica de Estoi Tavira – Algarve e Fundamentos para a proteção do Aquífero Peral-Moncarapacho (M13) e da Reserva Ecológica Nacional do Barrocal.* -----
- **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que a Mesa da Assembleia Municipal e os líderes dos grupos parlamentares já tinham reunido com as Associações que tinham pedido uma reunião, tendo sido solicitados documentos detalhados, que já tinham recebido e que iriam remeter aos deputados municipais. -----
- Explicou que no decurso da sessão primeiramente iriam ser colocadas a votação as atas das assembleias municipais anteriores, que todos tinham tido conhecimento e oportunidade de apreciar e remeter contributos, seguindo-se o Voto de Congratulação, as moções, o período antes da ordem do dia, a ordem do dia e por fim a intervenção do público, que deveria proceder à respetiva inscrição até ao final do período antes da ordem do dia.-----



--- Colocou à consideração a aprovação das seguintes atas: -----

--- **A ata número sete (7) referente à sessão extraordinária da Assembleia Municipal realizada no dia doze de novembro de dois mil e vinte e um, foi aprovada por unanimidade.** -

--- Em cumprimento do estipulado no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015 de 07 de janeiro, não participam na votação os deputados municipais que não tenham estado presentes na sessão a que a ata diz respeito. -----

--- Os deputados municipais Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa, Jorge Eduardo Pereira Cruz, António Manuel Almeida Brito, Virgílio António de Horta, Maria Dulce Rodrigues Reis Filipe e Elsa Maria da Cruz Ribeiro não participaram na votação. -----

--- **A ata número oito (8) referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia vinte e oito de dezembro de dois mil e vinte e um, foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão a que se referia.** -----

--- Os deputados municipais Jorge Eduardo Pereira Cruz, António Manuel Almeida Brito, Virgílio António de Horta, Maria Dulce Rodrigues Reis Filipe e Elsa Maria da Cruz Ribeiro não participaram na votação. -----

--- **A ata número um (1) referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia dezassete de fevereiro de dois mil e vinte e dois, foi aprovada por unanimidade.** -----

--- Os deputados municipais Jorge Eduardo Pereira Cruz, António Manuel Almeida Brito, Virgílio António de Horta, Maria Dulce Rodrigues Reis Filipe e Elsa Maria da Cruz Ribeiro não participaram na votação por não terem estado presentes na sessão a que respeitava. -----

--- **A ata número dois (2) referente à sessão extraordinária da Assembleia Municipal realizada no dia onze de março de dois mil e vinte e dois, foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão a que respeitava.** -----

--- Os deputados municipais Jorge Eduardo Pereira Cruz, António Manuel Almeida Brito, Virgílio António de Horta, Maria Dulce Rodrigues Reis Filipe e Elsa Maria da Cruz Ribeiro não participaram na votação da referida ata. -----

--- **Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão Voto de Congratulação – “Atribuição do World Fair Play Diploma ao ciclista David Livramento” apresentada pelo Partido Social Democrata (PS).** -----

--- **O Deputado Municipal José Graça**, cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, os membros da mesa, agradeceu o apoio tanto da Assembleia Municipal, como de todos os membros do órgão, desejou bom trabalho aos membros Executivo Municipal e cumprimentou o público que assistia aos trabalhos daquela sessão. -----

--- Referiu que a “*Atribuição do World Fair Play Diploma ao ciclista David Livramento*”, que era ciclista profissional do Clube de Ciclismo de Tavira (CCT) que tinha corrido na Volta a Portugal – Edição Especial, uma edição limitada realizada apenas no ano de 2020 devido à Pandemia, durante a prova o ciclista tavirense foi envolvido numa queda na 1ª etapa em linha, cuja queda tinha ocorrido pela preocupação que tinha demonstrado para com outros ciclistas que tinham sido mais seriamente afetados. -----

--- O Panathlon Clube de Lisboa tendo tomado conhecimento da atitude do ciclista tavirense algarvio e, em articulação com outras entidades, tinha dado conhecimento do sucedido às entidades internacionais que tinham decidido atribuir o Prémio Fair-Play ao ciclista David Livramento. -----

--- Devido à Pandemia o prémio apenas tinha sido oficialmente atribuído na semana anterior pelo que pretendiam manifestar a congratulação pela atribuição do galardão internacional e felicitar o ciclista pelo gesto exemplar, desejando que o mesmo fortificasse junto dos praticantes mais jovens o respeito pelos valores fundamentais do Movimento Olímpico. -----

--- Sublinhou que atempadamente o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), através da delegação regional do Algarve, já tinham homenageado David Livramento, pelo que tinham considerado que também com a atribuição oficial do prémio era o momento oportuno para a Assembleia Municipal de Tavira se associar àquele gesto e mostrar a congratulação. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, a Presidente da Câmara Municipal, o Executivo Municipal, os deputados municipais, os presidentes de junta de freguesia, o público presente e todos os que seguiam a sessão a partir de casa. -----

--- Referiu que o Voto de Congratulação ao ciclista David Livramento era muito merecido. Tratava-se de um prémio de Fair Play o que era sempre motivo de congratulação, para além do facto de ser um ciclista tavirense que nunca tinha abandonado o seu clube, pelo que a bancada do Partido Social Democrata (PSD) se associava ao Voto de Congratulação. -----

--- Aproveitou para em nome da bancada do PSD enviar as condolências à família de José Domingos Horta que tinha falecido no dia 06 de junho anterior, com oitenta e um anos (81), considerado o último fabricante de acordéons em Portugal. José Domingos Horta não era conhecido apenas em Portugal mas também no estrangeiro, como um dos grandes acordeonistas nacionais e internacionais, porque ele tinha a particularidade de construir os acordéons de raiz. -----

--- Propôs ao Executivo Municipal que através dos seus familiares salvaguardassem o importante e valioso espólio que tinha. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o Voto de Congratulação – *“Atribuição do World Fair Play Diploma ao ciclista David Livramento”*, o qual foi aprovado por unanimidade, que se anexa à presente ata como documento número um.-----

--- Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à votação a *“Moção pelo Hospital Central do Algarve”*, apresentada pela Assembleia Municipal de Tavira. -----

--- Explicou que a Moção tinha sido apresentada pelo Partido CHEGA, mas os líderes de bancada tinham decidido apresentar uma moção conjunta de todos os partidos com representação na Assembleia Municipal.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal passou à leitura da Moção:-----

--- *«“Moção pelo Hospital Central do Algarve”. Em 27 de fevereiro de 2020, por proposta dos dezasseis presidentes das Assembleias Municipais do Algarve, a Assembleia Municipal de Tavira aprovou por unanimidade uma Moção sobre o Hospital Central do Algarve, na qual se apelava “ao Governo para iniciar o mais rapidamente possível a revisão do projeto e o início da sua construção”, a qual anexamos á presente proposta.* -----

--- *Com a aprovação do Orçamento de Estado para 2022, que incluiu uma proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, aprovada por unanimidade na Comissão de Orçamento e Finanças, na qual se prevê que “até ao final do terceiro trimestre, o Governo adota as diligências necessárias que assegurem o procedimento para a construção e equipamento do novo edifício do Hospital Central do Algarve, assumindo o modelo contratual mais célere para a concretização da obra”, as expetativas dos algarvios voltam a ser elevadas.* -

--- *A construção do Hospital Central do Algarve é um legítimo anseio dos algarvios, absolutamente imprescindível para a melhoria significativa dos cuidados de saúde e para a consolidação e desenvolvimento do ensino superior de Medicina e das Ciências Biomédicas, no qual os municípios da região estão fortemente empenhados, financiando diretamente o alargamento da oferta educativa, nos termos do contrato programa celebrado em 2021, entre a Universidade do Algarve (UAlg), a Associação para o Desenvolvimento do Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve (AD-ABC), que também integra o Centro Hospitalar e Universitário do Algarve (CHUA), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) e a Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), e vai permitir a criação de 96 vagas até ao ano de 2025.*-----

--- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 22 de junho de 2022, delibera:

--- a) Reiterar junto do Senhor Primeiro-Ministro e do Governo o nosso empenhamento no processo do Hospital Central do Algarve, reafirmando a sua imprescindível necessidade e imperiosa urgência para a melhoria da qualidade dos cuidados de saúde na Região. -----



--- b) *Enviar a presente Moção, depois de aprovada, ao Primeiro-Ministro, aos ministros das Finanças e da Saúde, ao Presidente da República, ao Presidente e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tavira, ao Presidente do Conselho Intermunicipal da AMAL e a todas as Assembleias e Câmaras Municipais, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) e ao Presidente do Conselho Regional da CCDR do Algarve, bem como às ordens profissionais e aos sindicatos do setor da saúde, e divulgá-la pela comunicação social regional e nacional”».* -----

--- **O Deputado Municipal Artur Gomes** cumprimentou a Mesa de Assembleia Municipal, os deputados municipais, a Presidente da Câmara Municipal e os membros do Executivo Municipal.-----

--- Alertou para o fato das bancadas não terem sido ouvidas para redigir a Moção, tendo sido unilateralmente apresentada uma Moção, dita conjunta. -----

--- Assim, e como existe conteúdo no texto com teor altamente partidário, não poderia ser considerada uma Moção conjunta. -----

--- Sugeriu que o PSD retirasse a Moção apresentada pela bancada e o Presidente da Assembleia a Moção conjunta, e que redigissem uma Moção única da Assembleia Municipal, porque acreditam que a saúde não tinha partidos pelo que considerava ser a solução mais eficaz. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à apreciação da Assembleia Municipal a aceitação da sugestão do Deputado Municipal Artur Gomes no sentido de serem retiradas as duas moções e ser redigida uma moção conjunta, para o que seria marcada uma reunião com os líderes de bancada e a mesa de Assembleia Municipal. -----

--- A sugestão foi aceite por unanimidade.-----

--- Dando início ao período antes da Ordem do Dia, o Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Deputada Municipal Ana Margarida Baioa. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Margarida Baioa** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, a Mesa, o Executivo Municipal, os serviços de apoio, os deputados municipais, o público presente e o que estava assistir via redes sociais.-----

--- Começou por lembrar que não existia acessibilidade ao primeiro andar do Edifício dos Paços de Concelho, e que um cidadão com mobilidade reduzida não conseguia ter acesso a um atendimento técnico, aos gabinetes do Executivo Municipal e a assistirem a atos oficiais que aconteciam no Salão Nobre dos Paços de Concelho. Assim, questionava o Executivo Municipal sobre aquele assunto que desde há muito era recorrente na Assembleia Municipal. -----

--- Há cerca de doze (12) anos, Jorge Botelho referia em vários atos oficiais que uma das obras a realizar seria a reabilitação dos Balneários de Escola Básica D. Manuel I, o que até ao



momento não tinha acontecido nem parecia existir perspectiva que se viessem a realizar brevemente, apesar de estarem orçamentadas em anos consecutivos no orçamento camarário pelo que gostava de saber qual era a situação atual e para quando podiam esperar o início das obras.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal**, cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa todos os deputados municipais, membros do Executivo Municipal, presidentes de juntas de freguesia, o público presente e quem seguia a sessão a partir de casa e os serviços de apoio. -----

--- Explicou que relativamente às acessibilidades, como já havia sido informado, o projeto estava a ser desenvolvido, todavia não estava ainda concluído, pela questão das casas de banho, dado estar a ser muito difícil encontrar uma solução essencialmente devido à tubagem.

--- Para além do referido, o arquiteto responsável pelo projeto tinha tido que concluir o projeto do Centro de Meios Aéreos de Cachopo e elaborar as necessárias alterações, sendo que uma vez terminado tinha sofrido um acidente, estando de baixa. Apesar de todas aquelas vicissitudes pensava que o projeto estivesse concluído até ao final do corrente ano. -----

--- Relativamente aos Balneários da Escola Básica da D. Manual I, o projeto estava concluído tendo obtido os pareceres positivos dos professores de Educação Física, todavia no último Conselho Geral, tinha sido manifestada a vontade do piso ser alterado cuja ideia foi abandonada após algum debate. -----

--- Presentemente o orçamento estava a ser revisto dado que atualmente se verificava um aumento abrupto nos valores das obras. O projeto estava orçamentado em cerca de seiscentos mil euros (€ 600.000,00), mas estava a ser revisto porque os preços dos materiais tinham aumentado. Devido ao elevado valor da revisão dos preços, pretendiam lançar concurso, porém tal obrigava a uma alteração de capital no orçamento o que estava a ser ultimado sendo concluído até ao mês de julho, altura em que a empreitada seria lançada. Para o desenvolvimento do processo na plataforma AcinGov - Plataforma Eletrónica de Compras Públicas eram necessários entre seis a oito meses e sendo um processo que teria que ser apresentado a Tribunal de Contas, demoraria, no mínimo, mais nove meses.-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco**, confirmou que sendo o Centro de Meios Aéreos de Cachopo obra estruturante para a região e relativamente à qual deveriam ter todo o cuidado com dinheiros públicos envolvidos, de acordo com a informação que a Presidente da Câmara Municipal lhes tinha remetido a empreitada já tinha sido adjudicada, com contrato assinado, faltando apenas assinar a consignação para se darem início aos trabalhos. -----

--- De acordo com o referido na última sessão da Assembleia Municipal em que tinha questionado se a localização do Centro de Meios Aéreos cumpria o Plano de Pormenor de



Cachopo não estando toda a intervenção localizada em terreno municipal, relativamente ao que a Presidente da Câmara Municipal tinha respondido que sim, reiterava a questão de modo a confirmar de que a empreitada não estaria localizada também em terreno particular. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** explicou que a pista não iria sofrer alterações apenas seria requalificada e como a pista já existia naquele local, mesmo antes do Plano de Urbanização de Cachopo (PU de Cachopo) não tinha ponderado que um PU aprovado após a existência da pista, não a considerasse, o que efetivamente tinha acontecido. -----

--- Disse que um pouco do edifício estaria fora do PU, cujo assunto tinha sido abordado na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) pelo que se tinha perspectivado que já estando o novo Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, o PU de Cachopo cairia por força da entrada em vigor do novo PDM, o que não se verificou. -----

--- Referiu que seria apresentada na próxima Reunião de Câmara Municipal a suspensão parcial, para efetuarem um reconhecimento, sendo que a partir do momento em que o PU de Cachopo estivesse suspenso passava-se a Reserva Ecológica Nacional (REN). -----

--- Acrescentou que todo o projeto estava dentro de terrenos do Município, à exceção de uma estação de tratamento de água para o edifício que tinha que estar colocada numa parte mais baixa, cujos terrenos poderiam não ser municipais. -----

--- As diligências que estavam a ser realizadas no sentido de adquirirem os terrenos tinham como objetivo garantir a inexistência de qualquer construção ou plantação nos corredores de aproximação, contudo tinha a ideia que todo o terreno onde estava a ser executada a construção, pertencia à Câmara Municipal. -----

--- Porque exista a possibilidade que posteriormente o helicóptero pudesse estar em permanência em Cachopo, seria necessária a construção de um hangar dado que o helicóptero não podia estar à mercê das intempéries, a sua construção teria que ser executada num terreno que não seria Municipal. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Palmeira** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, a Mesa, a Presidente da Câmara Municipal, o Executivo Municipal, os Deputados Municipais, a equipa de apoio a Assembleia Municipal, o público presente e o virtualmente. -----

--- Disse que sabia que a Câmara Municipal se preocupava imenso com a área social, nomeadamente com os seniores do Concelho e tendo sido alertada para a situação dos carrinhos de apoio do Mercado Municipal, que os idosos não tinham acesso aos mesmos, o que provocava alguns constrangimentos quando efetuavam as compras e não podiam carregar muitos pesos, pedia que fosse dada alguma atenção àquela situação. -----



- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** cumprimentou a Mesa da Assembleia Municipal, todo o Executivo da Câmara Municipal, e afirmou que o PS reconhecia dois grandes problemas estruturais existentes na área da saúde.-----
- No primeiro mandato do PS a nível nacional, tinham tentado recuperar o investimento que tinha sido cortado no período anterior. O Governo do PS entre os anos de 2016 e 2019 tinha recuperado cerca de mil e quatrocentos milhões de euros que tinham sido cortados no Governo do PSD, o que representava o dobro do previsto pela TROIKA.-----
- Nos últimos seis (6) anos o Orçamento do Serviço Nacional de Saúde (SNS) tinham aumentado trinta por cento (30 %), tinham sido contratados vinte e cinco mil (25 000) novos profissionais, existindo um grande investimento em recursos humanos e financeiros. -----
- Considerava que teria que haver uma segunda fase, de reorganização e reestruturação de tudo o que se relacionasse com SNS, nomeadamente os seus estatutos, a generalização do modelo das Unidades de Saúde Familiar (USF) e da rede de referência das urgências.-----
- A Deputada Municipal Jovita Ladeira continuou, dizendo que acreditava ser necessário em termos de reestruturação e de reformas principais, ter em atenção os cuidados de saúde primários e os cuidados continuados integrados cuja aposta seria para os quatro (4) anos seguintes. -----
- A questão da Saúde não devia de ter cores políticas e acreditava que a prestação dos cuidados de saúde de proximidade com os utentes fosse real e acontecesse no Concelho de Tavira.-----
- Lamentou não ter havido o empenhamento suficiente aquando da deslocação do Centro de Atendimento Permanente para Vila Real de Santo António, porque inicialmente estava previsto para Tavira. Apelou às bancadas presentes para que averiguassem o motivo que tinha resultado naquela deslocação. -----
- Acreditava que Tavira merecia mais, os cidadãos de Tavira mereciam mais e os algarvios mereciam mais, sendo a razão por que o Centro Hospital Universitário do Algarve - Hospital de Faro devia, já há muito, estar construído. -----
- Questionou a Presidente da Câmara Municipal sobre o investimento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para Tavira, pois eram cerca de cinco milhões de euros (€ 5.000.000,00) e a bancada do PS gostaria de saber qual o ponto de situação, o que estava previsto, pois era um investimento imprescindível para Tavira. -----
- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que no PRR estavam previstos cerca de cinco milhões de euros (€ 5.000.000,00) para o Centro de Saúde de Tavira, para a ampliação das instalações e equipar com meios de diagnóstico que permitam fazer vários exames, evitando



deslocações a Faro. Para o Centro de Saúde da Conceição de Tavira estavam previstos cerca de duzentos mil euros (€ 200.000,00) para uma pequena intervenção. -----

--- A Administração Regional de Saúde (ARS) tinha delegado nos municípios a elaboração dos projetos e o lançamento das empreitadas. Presentemente estavam a aguardar a receção da ARS, do programa funcional de modo a darem início à elaboração dos projetos.-----

--- Referenciou que estava a ficar preocupada com a demora da receção do programa funcional, porque um empreitada daquela envergadura levava algum tempo, pelo menos dois (2) anos para se iniciar a empreitada e o PRR tinha um período limitado no tempo, até ao ano de 2026. -----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** agradeceu a explicação e disse que esperava que na seguinte sessão de Assembleia Municipal o Programa Funcional já estivesse na posse da Câmara Municipal e que pudessem ter boas notícias, o que os tavirenses agradeceriam. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal referiu que iriam dar início à Ordem do Dia, com a apreciação da informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal.**---

--- **A Presidente da Câmara Municipal** indicou os eventos culturais realizados desde a última sessão, nomeadamente exposições realizadas na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, no Palácio da Galeria, a Maré de Contos que tinha retornado, o Programa do Encontro com Autores, as Demonstrações Culinárias no Mercado Municipal, as pequenas feiras de artesanato e a Cerimónia de doação do arquivo da família de José Aboim Ascensão Contreiras.-----

--- Relativamente ao desporto destacou a realização do “MOVE.Tavira”, o programa de promoção da atividade física, o projeto Caminhar sob as Estrelas, o Campeonato Regional de Patinagem, o XVIII Passeio de Cicloturismo, a 1º Gala de Boxe e o Sarau de Verão.-----

--- Disse que através da Agenda Municipal podiam verificar que a Atividade Cultural e Desportiva tinha sido intensamente retomada.-----

--- A Programação Central de Artes – Algarve Central também tinha voltado a realizar-se. -----

--- Na Semana do Ambiente destacava a Tertúlia “*Cachopo e o seu património cultural e natural. Que futuro?*”, o Workshop sobre compostagem, as várias ações e limpeza, a Comemorações Dia do Trabalhador e a Celebração do Dia do Pescador em que tinham homenageado quatro (4) pescadores.-----

---Detalhou ainda as obras que se encontravam em procedimento de contratação, em curso e as concluídas. -----

--- Informou que tinha ocorrido um incêndio num dos prédios de habitação social onde iriam ocorrer intervenções, em que tinha falecido um morador devido a um problema cardíaco, pelo que enviava as condolências à família enlutada.-----



--- **A Deputada Municipal Maria Margarida Flores** louvou a iniciativa do Município de Tavira no dia em que se tinha assinalado o Combate à Violência Doméstica e Maus Tratos na Infância, tendo promovido uma reunião que reuniu com especialistas na área da infância, técnicos das Casas de Acolhimento, técnicos associados aos Tribunais, psicólogos, especialistas na área do suicídio infantil, automutilação, o que tinha constituído uma mais-valia para todos os que se preocupavam com a área da infância. -----

--- Agradeceu ao Município de Tavira e à Comissão de Proteção de Criança e Jovens (CPCJ) pela organização do maior encontro regional e a primeira grande referência naquela matéria pós Pandemia.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** passou ao ponto número um da Ordem do Dia, referente à **PROPOSTA N.º 165/ 2022/CM - REGULAMENTO MUNICIPAL PARA REMOÇÃO DE VEÍCULOS EM SITUAÇÃO DE ABANDONO OU ESTACIONAMENTO ABUSIVO OU INDEVIDO - VERSÃO FINAL** -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que o Regulamento tinha o propósito de clarificar os procedimentos administrativos e a forma como o Município podia remover veículos com estacionamento abusivo. -----

--- O Regulamento tinha estado em discussão pública não tendo sido recebida qualquer sugestão. -----

--- **O Deputado Municipal José Graça** aproveitou a apreciação da proposta do Regulamento apresentada pelo Município, para reiterar a necessidade de serem assegurados mecanismos de comunicação fácil, por parte dos munícipes com situações semelhantes pois era do conhecimento que os serviços de fiscalização municipal e as Forças de Segurança Pública não conseguiam chegar a toda a parte. Pensava que a Câmara Municipal deveria criar um canal de comunicação em que qualquer cidadão pudesse enviar uma fotografia de forma a relatar aquele tipo de situações.-----

--- Congratulou a apresentação do Regulamento, que iria contribuir para a melhoria do ambiente urbano, do espaço público da cidade de Tavira e evitar abandono prolongado das viaturas que acabavam por se tornarem focos de insalubridade na via pública. -----

--- **A Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a **PROPOSTA N.º 165/ 2022/CM - REGULAMENTO MUNICIPAL PARA REMOÇÃO DE VEÍCULOS EM SITUAÇÃO DE ABANDONO OU ESTACIONAMENTO ABUSIVO OU INDEVIDO - VERSÃO FINAL**, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

--- **Presidente da Assembleia Municipal** passou ao ponto número dois da Ordem do Dia, referente à **PROPOSTA N.º 181/ 2022/CM - CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE**

TAVIRA E A ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA BAIXA DE TAVIRA - UAC DE TAVIRA.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que se tratava de um Contrato-Programa e, como a Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira - UAC integrava o Grupo Municipal era uma forma de conseguir apoiar o funcionamento da mesma. O Contrato-Programa tinha o valor de cem mil euros (€ 100.000,00) para que pudesse desenvolver o seu plano de atividades, conforme documento anexo à proposta. Pouco mais de vinte cinco mil euros (€ 25.000,00) eram destinados aos recursos humanos (o funcionário e guarda noturno), sendo o valor restante para desenvolver as suas atividades relativas à dinamização económica do comércio local, à semelhança dos contratos aprovados em anos anteriores. Pensava que possivelmente ter-se-ia que evoluir para contratos plurianuais de três (3) anos.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA^o 181/ 2022/CM - CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE TAVIRA E A ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA BAIXA DE TAVIRA - UAC DE TAVIRA, a qual foi aprovada por unanimidade.**-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número três da Ordem do Dia, referente à PROPOSTA N.º 182/ 2022/CM - ATRIBUIÇÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO DE TAVIRA - FESTAS DE VERÃO 2022.**-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** afirmou que em conformidade com os anos anteriores, o Município de Tavira tinha apoiado a realização das festas de verão das Freguesias de Tavira, inicialmente apenas nas freguesias de Santa Luzia e da Conceição de Tavira, mas presentemente apoiava todas as freguesias. Assim, devido aos baixos orçamentos que as freguesias tinham e de modo a poderem ajudar na realização das festas mais emblemáticas de cada freguesia, o Município disponibilizava setenta mil euros do seu orçamento (€ 70.000,00).-

--- Acrescentou que devido ao aumento dos preços, os presidentes de junta pretendiam um valor mais elevado, todavia tal não seria possível.-----

--- Alertou, que provavelmente na Assembleia Municipal seguinte teria que ser apresentada uma modificação ao orçamento, porque estava a ser muito difícil o lançamento de empreitadas uma vez que as revisões dos preços estava a causar alguma destabilização no Orçamento Municipal de investimento.-----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias** cumprimentou todos, os Deputados Municipais, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, o Executivo e também os que estavam a ouvir. --

--- Disse que pretendia saber qual era o Regulamentos e os critérios para atribuição daquelas verbas.-----



--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que os critérios tinham sido a manutenção dos valores atribuídos no ano de 2019, para as festas Santa Luzia – Festa dos Pescadores, Conceição de Tavira – Facarte, Cabanas de Tavira – Festa dos Pescadores, Santa Catarina da Fonte do Bispo – Feira de Agosto, Luz de Tavira – Festa de Verão, Santo Estevão – Feira de Agosto, Tavira – Festa da Nossa Senhora da Saúde e Festa de Santa Margarida, Cachopo – Festa de Agosto e os fados na Fonte Férrea.-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que a bancada do PSD concordava com a proposta de atribuição dos valores às freguesias para as festas de Verão, todavia parecia-lhe haver falta de informação sobre os critérios de atribuição dos valores apresentados de modo a se perceber melhor a que se destinavam os dinheiros públicos. -----

--- Quando um clube solicitava apoio ao Município apresentava um Plano de Atividades, o que não acontecia para o apoio às festas de verão para o que apenas eram remetidos emails a solicitar o apoio, todos no mesmo dia, praticamente à mesma hora, sem qualquer plano ou orçamento apenas a informar que iam fazer 2/3 eventos.-----

--- Assim, propunha a elaboração de regulamentos para a atribuição de apoios, quer a associações, clubes, juntas de freguesias, pois a atribuição dos apoios tinha que ser igualmente transparente para todos.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que os valores a atribuir tinham sido informados, em tempo útil, numa reunião entre o Executivo Municipal e os presidentes de junta de freguesia, todavia não tinham formalizado o pedido tendo ficado a aguardar que lhe fosse solicitado. Apenas a Presidente de Junta Carla Martins tinha formalizado atempadamente o pedido, sendo que os restantes presidentes de junta tinham-no efetuado mais tardiamente ao solicitado, dado que tiveram que ser trabalhados.-----

--- Aproveitava a oportunidade para fazer um reconhecimento público e agradecer à Sandrina Gonçalves por muitas vezes ter que trabalhar depois da hora para encerrar a Ordem do Dia atempadamente.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 182/ 2022/CM - ATRIBUIÇÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO DE TAVIRA - FESTAS DE VERÃO 2022 que foi aprovada por maioria com dezasseis (16) votos a favor dos deputados municipais José Guerreiro, Maria Margarida Alves, José Graça, Jovita Ladeira, David Martins, Gisela Viegas, Nuno Diogo, Ana Palmeira, Gonçalo Santos, Nuno Mateus, Virgílio Horta, José Costa, Jorge Silva, Carlos Sousa, Ângelo Pereira, Carla Martins e onze (11) abstenções dos deputados municipais Muriel Neto, Ana Baioa, Ana Pacheco, João Correia, Sónia Tomás, Artur Gomes, Jorge Cruz, Maria Dulce Filipe, Elsa Ribeiro, António Brito e Rafael Dias. -----**

--- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número quatro da Ordem do Dia, referente à PROPOSTA N.º 184/ 2022/CM - CONTAS CONSOLIDADAS DE 2021 -----

--- A Presidente da Câmara Municipal mencionou que de todos os documentos financeiros apresentados, as contas consolidadas era o documento mais técnico de todos, sendo a consolidação do grupo. O Grupo Municipal era composto pela Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira – UAC, Taviraverde | Empresa Municipal de Ambiente, E.M. (Taviraverde) que era detida em cinquenta e um por cento (51 %) e a EMPET - Parques Empresariais de Tavira, EM (EMPET) detida em noventa e seis por cento (96 %). O método de consolidação utilizado era a junção dos ativos e passivos do grupo e purgar as operações contabilísticas de relações entre elas, sendo, por exemplo, os contratos com a Taviraverde expurgados da análise. -----

--- No corrente ano e à semelhança do que tinha sido transmitido noutras Assembleias Municipais não foram consideradas as contas consolidadas da EMPET que apenas foram reportadas até ao ano de 2020. -----

--- Foram contactados o contabilista e o revisor oficial de contas da EMPET, e ambos tinham referido não ter conhecimento das contas. -----

--- O liquidatário da EMPET tinha sido contactado inúmeras vezes de forma infrutífera, sendo que presentemente existia um problema legal, porque o liquidatário era a pessoa que estava reconhecida e que podia agir legalmente, fazendo os negócios e prestando informações em nome da empresa. -----

--- Depois de várias tentativas de notificar o liquidatário, inclusivamente através da Seção de Fiscalização, todas se revelaram infrutíferas pelo que estava a ser articulado com a Policia de Segurança Pública (PSP) para que o pudesse notificar. A notificação era essencial para que pudessem avançar para um processo de substituição do liquidatário, pois era necessário concluir aquele processo. -----

--- Sabiam da existência de uma ação judicial em Tribunal, de um empréstimo bancário, que desconheciam se estava a ser ou não liquidado e sobre o qual, mesmo o Município tendo participação na EMPET, legalmente não podia solicitar informações. -----

--- Tinham falado com o Presidente da Assembleia Geral da EMPET, a solicitar a alteração do liquidatário, porém, pensava que tal decisão também teria que ser tomada pela Assembleia Municipal uma vez que tinha sido o órgão que o tinha deliberado. -----

--- Afirmou aquela situação constituía uma grande preocupação uma vez que desconheciam o que quer que fosse relativamente à EMPET, tendo tido apenas a informação de terem sido desmarcadas escrituras por falta de comparência do liquidatário. -----



--- Disse que estava muito preocupada com toda aquela situação, pois desconhecia as consequências por o liquidatário não ter remetido as contas para Tribunal de Contas e o Município ter que as enviar sem a informação da EMPET.-----

--- Informou que o ativo do grupo era duzentos e vinte e sete milhões euros (€ 227.000.000,00), o resultado líquido do exercício era negativo por força da avaliação do património do domínio público. -----

--- Há alguns anos, o Município tinha efetuado uma avaliação do seu património que consequentemente as amortizações tinham levado a que o resultado líquido fosse negativo. ---

--- A dívida consolidada do Grupo Municipal totalizava vinte milhões de euros (€ 20.000.000,00), sendo que cerca de sete milhões quatrocentos e noventa e um mil seiscentos e dezasseis euros (€ 7.491.616,00) eram dívida a curto prazo, entre o Município e a Taviraverde sendo que a UAC não tinha dívida. Como já tinha explicado, faltava ainda contabilizar a EMPET que tinha dívida de médio e longo prazo, pelo que se perdia a verdadeira noção da realidade.-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** referiu que no ponto relatório de gestão e contas consolidadas, não era apenas a EMPET que estava em falta, pois nos ativos fixos tangíveis, não constava o património histórico, artístico e cultural dado que o mesmo carecia de ser avaliado por entidades especializadas, cuja avaliação não tinha sido efetuada até ao momento, pelo que não tinha sido contabilizado nas respetivas rúbricas de amortizações. Assim, não era possível quantificar o seu efeito que deveria determinar uma redução do ativo do resultado do património líquido. -----

--- Relativamente à EMPET considerava que era uma questão que se arrastava no tempo. Não tinham sido apresentadas as demonstrações financeiras para o ano de 2021, sendo que o Município ia sendo lesado. -----

--- Assim, ao abrigo da alínea n), ponto 2, artigo 23º, do Regimento da Assembleia Municipal, propôs a audição do liquidatário da EMPET, numa sessão da Assembleia Municipal seguinte. ---

--- **O Deputado Municipal Artur Gomes** afirmou que como se tratava de uma Sessão de Assembleia Municipal Ordinária se podiam alterar os pontos da Ordem do Dia, pelo que solicitava a inclusão daquela proposta na Ordem do Dia. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** leu o artigo 35º do Regimento da Assembleia, sobre a Ordem do Dia, e afirmou que a proposta que estava a ser preparada pelo PSD, seria apresentada na Ordem do Dia da sessão de Assembleia Municipal seguinte.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 184/ 2022/CM - CONTAS CONSOLIDADAS DE 2021, que foi aprovada por maioria com quinze (15) votos a favor dos deputados municipais José Guerreiro, Maria Margarida Alves, José Graça, Jovita**



Ladeira, David Martins, Gisela Viegas, Nuno Diogo, Ana Palmeira, Nuno Mateus, Virgílio Horta, José Costa, Jorge Silva, Carlos Sousa, Ângelo Pereira, Carla Martins, uma abstenção (1) do deputado municipal Gonçalo Santos e onze (11) votos contra dos deputados municipais Muriel Neto, Ana Baioa, Ana Pacheco, João Correia, Sónia Tomás, Artur Gomes, Jorge Cruz, Maria Dulce Filipe, Elsa Ribeiro, António Brito e Rafael Dias.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número cinco da Ordem do Dia, referente à PROPOSTA N.º 188/ 2022/CM - ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS MUNICIPAIS DE MÉRITO E DE BONS SERVIÇOS E DEDICAÇÃO -----

--- A Presidente da Câmara Municipal propôs a atribuição de **Medalha Municipal de Mérito – Grau Ouro a José Otílio Pires Baia.** -----

--- José Baia foi Presidente da Assembleia Municipal durante doze (12) anos, professor de carreira em Tavira quase cinquenta (50) anos como docente, dos quais trinta (30) anos em função de gestão na Escola Secundária de Tavira, posteriormente no Agrupamento de Escolas Dr. Jorge Augusto Correia. Foi Vereador com e sem pelouro no Município de Tavira, empresário e ligado ao associativismo, pelo que por todos os motivos apresentados, considerava que era merecedor daquele reconhecimento.-----

--- Atribuição da **Medalha Municipal de Mérito – Grau Prata a Albino José Ramires Martins e esposa Cláudia Maria Patrício de Aquino Ramires Martins.**-----

--- Albino José Ramires Martins e esposa Cláudia Maria Patrício de Aquino Ramires Martins eram um casal com origens em Vila Real de Santo António, que nos anos 90 tinham ido morar para Cachopo. Em Cachopo tinham trabalhado em prol do interior e das pessoas mais idosas tentando trabalhar na inclusão dos mais idosos, sempre com um olhar na dinâmica do interior. Já tinham sido reconhecidos pelo Presidente da República.-----

--- Albino Martins já tinha recebido um reconhecimento Grau Cobre, todavia presentemente pretendiam reconhecer o trabalho de mais de 30 anos do casal que geria o Centro Social e Paroquial de Cachopo, que atualmente tinha apresentado candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para a sua ampliação, que esperavam fosse aprovada pois tinham vindo a debater-se com inúmeros problemas porque o lar tinha uma dimensão reduzida, o equilíbrio financeiro era difícil para todo o trabalho que efetuavam incluindo o apoio domiciliário diário.-----

--- Atribuição da **Medalha Municipal de Mérito – Grau Prata, Luís Fernando Bonança Andrade – título póstumo.** -----

--- Luís Fernando Bonança Andrade era membro da conhecida família de fotógrafos de Tavira, os Andrade. Em anos anteriores o Município já tinha tido a oportunidade de homenagear o seu

pai e tio. Consideravam que se tratava de uma justa homenagem por tudo o que tinham feito e pelo espólio histórico que contém todos os momentos da cidade de Tavira. -----

--- Atribuição da **Medalha Municipal de Mérito – Grau Prata, Clube Recreativo Tavirense.** ----

--- O Clube Recreativo Tavirense tem cento e dois (102) anos de existência já tendo tido uma grande dinâmica no que era a Sociedade Tavirense nomeadamente com dança, música, teatro e mais recentemente sobretudo na área desportiva.-----

--- Atribuição **Medalha Municipal de Mérito - Grau Cobre:** -----

--- **José Marcelino Rosa**, empresário na área da construção sobejamente conhecido. Tratava-se de um reconhecimento à semelhança de empresários que também já tinham sido reconhecidos.-----

--- **Casa do Povo de Santo Estevão**, por todas as dinâmicas que a Casa de Povo tinha tido no passado e pela dinâmica que tinha tido nos últimos anos, quer cultural, através de programação regular, quer por todo o trabalho na área desportiva, dinamizando uma freguesia do interior do Concelho. -----

--- **Associação Em Contato Tavira** – uma associação recente, que nasceu de um trabalho com a Junta de Freguesia de Santiago, depois da União de Freguesias. Inicialmente tinham trabalhado com crianças nas férias de verão, porém atualmente estava mais vocacionada para os seniores.

--- **Associação Internacional de Paremiologia** – uma Associação cuja dinâmica na área dos provérbios e sobretudo pelo Colóquio Internacional que realizavam em Tavira com estudiosos, que estudam cientificamente os provérbios, aporta reconhecimento ao concelho de Tavira. ----

--- Referiu que tinha apresentado as propostas do Executivo Municipal, que esperava fossem aprovadas e que no dia 24 de junho seguinte, Dia da Cidade pudessem entregá-las e reconhecer o mérito de cada uma, quer dos particulares quer das associações.-----

--- **O Deputado Municipal Artur Gomes** agradeceu à Presidente da Câmara Municipal por ter apresentado as notas biográficas à Assembleia Municipal, no entanto pensava que eram tardias, que deviam ter sido enviadas atempadamente de modo a poderem avaliar as propostas apresentadas para a atribuição de medalhas. -----

--- Foram distribuídos os boletins de voto, procedeu-se à votação por escrutínio secreto. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que antes dos resultados da votação iriam passar ao período de intervenção do público, para o qual tinham seis (6) inscrições, de modo a serem apurados os resultados dos quais daria conta no final daquele período. -----

--- Cedeu a palavra ao Município Carlos Batista cujo assunto era o acesso pedonal à Praia de Cabanas.-----

--- **O Município Carlos Batista** cumprimentou a Presidente da Câmara Municipal informou que integrava o movimento cívico que reivindicava o acesso pedonal à Ilha de Cabanas. -----



--- Estavam numa época em que os turistas estavam a chegar e o cenário caótico ir-se-ia repetir aquando do regresso da praia, no final da tarde, com as filas intermináveis e confusões. Como Cabanense genuíno incomodava-o ouvir alguns comentários, como dizerem que nunca mais iam à Praia de Cabanas que os tempos de espera eram enormes e só não era mais grave, porque muitos escolhiam outros destinos. Não existia conhecimento dos esforços efetuados por parte do Executivo da Câmara Municipal de Tavira para rever aquela situação. O que sabiam que estava a ser cogitado era a atribuição da travessia, que não resolvia e era ilegal. ----

--- A situação em Cabanas de Tavira era diferente das outras ilhas que tinham um canal de navegação, seja em canais principais, seja em secundários. Cabanas de Tavira possuía uma zona lagunar de uso restrito de proteção. Mas de proteção não tinha nada, pois parecia uma autoestrada marítima com barquinhos a toda a velocidade para poder escoar as pessoas sendo aquele um cenário que pretendia ver resolvido.-----

--- Referiu que era sabido que a melhor solução e com todas as vantagens seria o acesso pedonal, que consistia apenas na ligação do passadiço da Ilha ao término do passadiço da marginal, existindo no local uma cota elevada que permitia que qualquer barco sem mastro poder passar. Era pois uma obra de natureza simples que gostariam de ver esforços para que se pudesse concretizar, sendo que mais tarde ou mais cedo a obra teria que acontecer.

--- Questionou a Presidente da Câmara sobre o que preconizava para resolver aquele cenário caótico que se repetia ano após ano e que esforços já tinham sido efetuados para que tal acontecesse.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que era do conhecimento público os esforços do Município, que tinham sido propostos duas travessias, que tinham sido reprovadas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), as edificações não eram possíveis, porque contrariavam o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), apenas poderia ser repensada uma travessia após uma revisão do POOC, pelo que tinham que aguardar.-----

--- Acrescentou que já tinha falado sobre o assunto com a APA e presentemente estava a ser efetuada uma revisão ao POOC do Barlavento, sendo que poderiam tentar resolver e pugnar por aquela questão quando se verificasse a revisão do POOC de Vila Real de Santo António (VRSA) a Vilamoura. -----

--- No entanto para que tal acontecesse seria necessário um estudo ou uma avaliação de impacto ambiental para saber se seria ou não possível a travessia pedonal.-----

--- Quanto ao transporte concordava com o Município. A DocaPesca tinha aberto um concurso em 2015/2016 em que tinham sido excluídas todas as propostas. Os concorrentes tinham recorrido para Tribunal, sendo que o Tribunal Administrativo de Lisboa, no ano anterior ao que



se encontravam, tinha decidido que as duas propostas tinham que ser admitidas, tendo, no meio do processo, um dos concorrentes manifestado já não estar interessado.-----

--- A DocaPesca tinha voltado a reunir o júri e remetido para a Câmara Municipal o Relatório Final a informar a adjudicação ao concorrente que tinha ganhado. Presentemente os técnicos estavam a avaliar o procedimento, pois não eram conhecidas as peças do procedimento nem a tramitação processual. -----

--- Afirmou que o que a preocupava realmente era o estado em que se encontravam os cais, o cais do Mercado e o da Terra Estreita, que ainda estavam sobre a alçada da DocaPesca, que já considerando a transferência de competências para o Município não fazia intervenções e, enquanto o protocolo de transferência de competências não fosse publicado em Diário da República, o Município não podia agir.-----

--- **O Município Carlos Batista** pediu permissão para ler um parágrafo: *«A proposta do traçado 1, ao localizar-se em área costeira e lagunar de “Proteção parcial do tipo I”, pode enquadrar-se na alínea b), do número 1, do artigo 20.º, do POPNRF, permitindo assim aplicar a excecionalidade desta norma, quanto à construção de equipamentos públicos de utilização coletiva, desde que se trate de um passadiço de construção ligeira, sujeito a autorização por parte deste Instituto.»* -----

--- Disse que a construção da ponte de acesso pedonal não teria que ser submetida ao POOC mas ao Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa (POP NRF).-----

--- Afirmou que segundo a Resolução de Conselho de Ministros n.º78/2009, eram o POOC e o PDM que se teriam que ajustar ao POP NRF e não o contrário. Pediu para que indagassem aquela questão.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que o Município Carlos Baptista tinha lido o parecer do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), mas, mais à frente, no parecer, lia-se: *“não obstante é necessário fazer a avaliação de impacto ambiental”*, pelo que gostava que lesse também o parecer da APA que também era muito importante.-----

--- Asseverou que o POOC era um plano maior o POP NRF era um plano menor, o que o Município Carlos Baptista deveria querer dizer era que o PDM tinha que integrar os dois planos. Presentemente o PDM Tavira integrava aqueles dois planos o POC e o POP NRF.-----

--- **A Município Maria da Luz de Jesus Guerreiro Paulino**, cumprimentou todos, referiu que morava à entrada do Mato Santo Espírito e desde há três anos que falava com a Taviraverde, pois não conseguia abrir as janelas. Tinha duas varandas e não conseguia fazer as refeições na rua ou estender roupa porque existiam muitos mosquitos e lixo. -----

--- Tinha remetido um *email* para Câmara Municipal de Tavira e para a Taviraverde sendo que a última lhe tinha respondido como se de um atestado de burrice se tratasse. Tinha estado em

contato com a Engenheira Telma e solicitou uma reunião com a Taviraverde e Câmara Municipal, que nunca tinha acontecido.-----

--- Tinha solicitado que voltassem a fazer a poda radical como tinha acontecido há três (3) anos atrás.-----

--- Terminou dizendo que a Taviraverde não vinha a proceder devidamente à limpeza e como exemplo podia referir que na sexta-feira anterior tinham limpo apenas a entrada da Urbanização, sendo que outras vezes passavam apenas o soprador. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** afirmou que iria indagar junto da Taviraverde pois existia um Contrato-Programa onde constava uma periodicidade para a limpeza mecânica e limpeza manual.-----

--- Agradeceu à Muniçipe Maria da Luz Paulino por ter feito chegar a informação. -----

--- Referiu que em relação às árvores a Taviraverde tinha alguma relutância em fazer uma poda total, mas por vezes era necessário que tal acontecesse e fosse efetuado o respetivo tratamento.-----

--- Acrescentou ainda que existia um projeto para substituição de algumas árvores, mas seriam essencialmente os plátanos.-----

--- **O Muniçipe Pedro Miguel Dias** cumprimentou todo o painel e dizendo que falava em nome da Comunidade da Urbanização Mato Santo Espirito pretendia colocar três questões que gostariam de ver resolvidas. -----

--- Relativamente à questão das árvores era muito desagradável, sobretudo a árvore de flor roxa, que se colava aos pés e às patas dos animais. A limpeza era efetuada uma vez por semana, mas devia de ser mais frequente.-----

--- Outra questão que gostavam de ver resolvida relacionava-se com os parques infantis. O parque infantil perto do Colégio João de Deus tinha a corticite do chão estragada, o baloiço do cavalinho danificado, tendo-se já ali verificado um acidente com uma criança que tinha partido o braço.-----

--- Outra situação desagradável, referia-se à entrada de água nas garagens que resultava do facto de quando chovia a falta de limpeza das folhas caídas de outono fazia com que as sargentas entupissem não havendo por isso escoamento da água e a água ia para dentro das garagens. -----

--- **A Muniçipe Tina Melita Menau**, cumprimentou todos e falou das podas das árvores dizendo que que não era efetuada conveniente. As árvores estavam muito altas provocando muito distúrbio na rua, sujidade, saneamento, piolho e melação, o que danificava a pintura dos carros, os vidros elétricos e o para-brisas, para além de ser impossível passear na rua com as crianças, um cão, ou estar num varandim, estender a roupa e ficar seca e limpa.-----



--- A Muni cipe Maria de Fátima Ramos Lopes cumprimentou todos os presentes e as pessoas que seguiam a sessão a partir de casa. -----

--- Afirmou que já tinha sido quase tudo dito e que lamentava ter que se dirigir a uma Assembleia Municipal para conseguir falar com a Presidente da Câmara Municipal pois já tinha efetuado várias tentativas por *email* e telefone que nunca tinham sido atendidas.-----

--- Acrescentou ter tido conhecimento que o Engenheiro Paisagista da Taviraverde já não era o mesmo sendo que as situações tinham piorado desde aquela altura. -----

--- A resposta da Taviraverde por *email* era quase um "testamento" que resumido a uma simples frase, lhes tinha passado um "atestado de burrice", alegando que em termos paisagísticos a ideia era que se as copas se unissem umas às outras ficaria mais bonito. Declarou-se defensora do ambiente, mas sobretudo era defensora da sua saúde e estar fechada em casa no verão, não possuindo uma construção muito recente com todas as normas de impermeabilização e térmicas que presentemente são obrigatórias, não era fácil estar numa casa com 36/40 graus e com janelas fechadas. -----

--- Referindo-se ao carro do marido, disse que tendo estado um dia e meio estacionado tinha tido que ser lavado com água a ferver para tirar o melaço, no entanto passado uma hora estava igual. -----

--- A Muni cipe continuou dizendo que relativamente à poda das árvores tinham-lhes sido dito que tinham que proteger as árvores e os espécimes, para fortalecer o meio ambiente, tendo ela questionado onde estava a sua qualidade de vida quando não podia abrir uma janela. -----

--- Alegou, que com a poda ligeira que tinham feito nos últimos dois anos, tinha havido um ramo de uma árvore junto aos contentores do lixo que com a força do vento tinha acabado por cair em cima de um Mercedes que ali estava lá estacionado cuja cor nem se via devido à resina e às folhas. Portanto a Taviraverde não podia argumentar que as podas tinham que ser ligeiras, quando elas sempre tinham sido feitas de forma radical, a árvore rebentava a folha crescia e não existiam os problemas atuais.-----

--- A resina e as folhas acumulavam-se fazendo uma massa, que originava, logo nas primeiras chuvas, o caos nos escoamentos das águas das chuvas que ficavam tapados, formando um lago de água, que galgava o passeio entrando para as garagens que eram a um nível mais baixo.-----

--- Referiu ainda que desconhecia quem era o responsável por aquela área na Taviraverde mas, desde há 3 anos se verificava muito pouca competência. Aquela situação tinha que ser resolvida para evitar que voltassem a cair ramos de árvores em cima de carros e para que pudessem abrir as janelas, estender roupa sem ficar suja, não ter problemas nos escoamentos dos algerozes dos terraços dos prédios porque, presentemente, as árvores estavam muito



altas e facilmente eram trepados e em dias de muito vento existia uma imensa folhagem que entupia os algerozes, provocando infiltrações.-----

--- Para terminar disse que lamentava não terem sido ouvidos atempadamente, sendo que inclusivamente lhes tinha sido dito que se iria realizar uma reunião presencial com a Taviraverde com a Câmara Municipal e com os moradores no local para que tivessem noção e visualizassem a situação, que posteriormente tinham tido conhecimento que não se tinha realizado nem tinham sido informados, o que considerava uma falta de consideração pelos munícipes -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que normalmente encaminhava alguns assuntos, que lhe pareciam de rápida resolução, para evitar pedidos de reunião excessivos, que muitas vezes poderiam ser tratados por outra pessoa, tendo reencaminhado o *email* para Taviraverde e falado sobre o assunto. -----

--- Afirmou que o responsável pelos espaços verdes da Taviraverde era o mesmo, o Engenheiro João Carlos, antigo funcionário da Câmara Municipal que tinha passado para a Taviraverde, embora estivesse num processo de reforma e possivelmente poderia estar na fase de passagem do trabalho. -----

--- Referiu que a Taviraverde era sempre relutante a fazer a poda radical, mas como não era Engenheira do Ambiente desconhecia se tal era contra indicado, mas efetivamente ficava muito melhor quando a árvore rebentava. Quanto às resinas e o restante, os problemas não se colocavam quando eram tratadas, o que era um facto, pelo que não iriam sempre insistir para que fosse feita uma poda radical.-----

--- Não era objetivo da Câmara Municipal matar as árvores, e continuava a afirmar que mais importante que a poda, era o tratamento preventivo, mais atempado porque o grande problema era o lixo que as árvores faziam.-----

--- Há quatro (4) anos atrás tinha estado na Urbanização Mato Santo Espírito porque estava como a Muniçipe tinha referido sendo que tinham sido efetuadas podas, iniciados os tratamentos às árvores e a situação tinha melhorado consideravelmente. -----

--- Em relação ao lixo, o Contrato-Programa existente para a limpeza tinha que ser cumprido tendo-se que perceber que existiam épocas do ano nomeadamente na queda da folha, que a limpeza tinha que ser reforçada. -----

--- Afiançou que em relação aos parques infantis, presentemente existia uma empresa a fazer a avaliação e substituição de alguns equipamentos, todavia sabia que também estavam com dificuldades na entrega de alguns materiais que já estavam sinalizados para substituição, contudo iria solicitar ao Vereador que confirmasse se o parque em questão estava sinalizado.--

--- **O Muniçipe Jacinto Figueira**, não estava presente na hora da intervenção do público. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal**, informou o público presente e o que estava a assistir à sessão a partir de casa que naquela sessão todos tinham tido tempo para falar, tinha havido diálogo, o que não deveria de acontecer. A Assembleia Municipal era a Casa da Democracia, mas existiam regras a respeitar. Cada intervenção do público deveria ter, no máximo, três minutos.-----

--- **Informou do resultado das votações do Ponto 5 – Medalhas Municipais de Mérito**-----

--- **Grau Ouro** - José Otílio Pires Baia – dezasseis votos a favor, três votos contra e oito abstenções;-----

--- **Grau Prata** - Albino José Ramires Martins e esposa Cláudia Maria Patrício de Aquino Ramires Martins – vinte e sete votos a favor;-----

--- Luís Fernando Bonança Andrade a título póstumo – vinte e seis votos a favor e um voto branco;-----

--- Clube Recreativo Tavirense – vinte e seis votos a favor e um voto branco;-----

--- **Grau Cobre** – José Marcelino Rosa – vinte e um votos a favor, um voto contra e cinco abstenções;-----

--- Casa do Povo de Santo Estevão – vinte e cinco votos a favor, uma abstenção e um voto em branco;-----

--- Associação em Contato Tavira – vinte e cinco votos a favor, uma abstenção e voto em branco;-----

--- Associação Internacional de Paremiologia – vinte e cinco votos a favor, uma abstenção e um voto em branco;-----

--- A votação foi realizada através de escrutínio secreto para a distinção de cidadãos e associações de reconhecido mérito, nos termos do número 3 do artigo 55.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

--- **O Deputado Municipal Artur Gomes** questionou o resultado da votação para atribuição da medalha Grau Ouro e a maioria qualificada, e solicitou que a bancada fosse informada devidamente sobre o parecer jurídico.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** reiterou o resultado da votação, bem como a sua intenção de solicitar um parecer jurídico referente ao resultado da medalha grau ouro, relativamente ao significado de maioria qualificada.-----

--- **As restantes atribuições de medalhas foram aprovadas por maioria.**-----

--- **Efetuada a leitura da Ata em Minuta foi a mesma aprovada por unanimidade.**-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a participação ativa, agradeceu ainda aos serviços de apoio das Divisões de Administração e Informática, à Primeira Secretária Maria Margarida Flores, à Segunda Secretária Muriel Dias, à Presidente da Câmara Municipal, aos

Vereadores Municipais, aos Deputados Municipais e a todos os que tinham seguido a Assembleia Municipal.-----

--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas vinte três e horas e dezoito minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois e lida aprovada vai ser assinada.-----

O Presidente da Assembleia Municipal,


(José Manuel Madeira Guerreiro)

Os Secretários,


(Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves)


(Muriel Cristina Dias Neto)



Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Atribuição do World Fair Play Diploma ao ciclista David Livramento

David Livramento, atleta profissional do Clube de Ciclismo de Tavira (CCT), foi galardoado na passada semana com o World Fair Play Diploma, na categoria "Pierre de Coubertin-Act", referente a 2020, durante os Prémios Fair-Play do Comité Internacional para o Fair-Play (CIFP), em Budapeste, na Hungria.

Tendo Tavira como a sua "terra natal", David Livramento que nasceu em Faro há 38 anos, o ciclista do CCT viu reconhecida a sua atitude durante a primeira etapa em linha da Volta a Portugal - Edição Especial (VP-EE), que se disputou no dia 28 de setembro de 2020, ligando Montalegre a Viana do Castelo/Alto de Santa Luzia.

A cerca de 15 quilómetros da meta houve uma queda que afetou vários corredores, mas o ciclista tavirense teve como única preocupação os companheiros afetados, nomeadamente, Emanuel Duarte da equipa LA Alumínios/LA Sport, natural de Portimão.

"Caíram vários corredores e o que estava à minha frente era o Emanuel, ainda que sendo algarvio não o conhecia bem e tinha pouquíssima relação. Ajudei-o a levantar, coloquei a bicicleta dele em ordem e acabámos por seguir a marcha", recordou recentemente David Livramento ao Jornal de Notícias.



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

Handwritten initials or signature in the top right corner.

O Panathlon Clube de Lisboa soube do feito do ciclista taviense algarvio e apresentou a situação ao Panathlon Internacional que em conjunto subscreveram a candidatura de David Livramento ao Prémio Fair-Play que foi aceite pelo CIFP.

O gesto do ciclista do CCT foi reconhecido pelo Panathlon Clube de Lisboa e o pelo IPDJ/Algarve que lhe atribuíram o Prémio Fair-Play 2020.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 22 de junho de 2022, delibera:

- a) Manifestar publicamente a sua congratulação com a atribuição deste galardão Internacional e felicitar o ciclista David Livramento pelo seu gesto exemplar, desejando que o mesmo frutifique junto dos praticantes mais jovens no respeito pelos valores fundamentais do Movimento Olímpico.
- b) Enviar o presente voto de congratulação, depois de aprovado, ao ciclista David Livramento, aos órgãos sociais do Clube de Ciclista de Tavira, ao Panathlon Clube de Lisboa e ao Delegado Regional do Instituto Português do Desporto e Juventude, e divulgá-lo pela comunicação social regional e nacional.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista,